Caio Chaves Morau

**CASAMENTO E AFETIVIDADE NO DIREITO BRASILEIRO:
UMA ANÁLISE HISTÓRICO-COMPARATIVA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Civil, sob orientação do Professor Titular Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco

São Paulo

2017

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Chaves Morau, Caio

Casamento e afetividade no direito brasileiro: uma análise histórico-comparativa / Caio Chaves Morau ; orientador Ignacio Maria POVEDA VELASCO -- São Paulo, 2017.

162 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

I. Direito Civil. 2. Direito de Família. 3. Casamento. 4. Princípio da afetividade. I. POVEDA VELASCO, Ignacio Maria , orient. II. Título.

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Titular Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco

A Deus e à sua santíssima Mãe

A meus familiares, namorada e amigos, pelo constante apoio e estímulo

Ao Professor Luciano de Camargo Penteado, que tão cedo se dirigiu à Pátria definitiva

*Às Faculdades de Direito da USP, a mais nova – minha « alma mater » – e à mais velha –
e sempre nova – em que tantos tesouros encontrei*

*Ao Professor Ignacio Poveda. Como Diretor, pela sua coragem nos primeiros tempos da
nossa FDRP, verdadeira epopeia de que sou testemunha. Como Mestre, pelo exemplo e
pela paciência com este jovem estudante desde os bancos da graduação*

*Compagnons inconnus, vieux frères, nous arriverons
ensemble, un jour, aux portes du royaume de Dieu*

(Georges Bernanos)

RESUMO

MORAU, Caio Chaves. **Casamento e afetividade no direito brasileiro: uma análise histórico-comparativa**. 2017. 162 p. Dissertação de mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente trabalho tem por objetivo investigar o princípio da afetividade no direito de família brasileiro, sobretudo em matéria de casamento, valendo-se de um estudo filosófico e antropológico acerca dos afetos e empreendendo-se uma profunda análise histórico-comparativa com relação aos direitos romano, canônico e francês. Tomando por base os elementos relevantes desses direitos e considerando-se o significado filosófico e antropológico da afetividade, pretende-se analisar a viabilidade e adequação do emprego desse princípio no ordenamento jurídico brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: princípio da afetividade, direito de família, casamento, direitos romano, canônico e francês, antropologia e filosofia.

RÉSUMÉ

MORAU, Caio Chaves. **Mariage et affectivité dans le droit brésilien: une analyse historique et comparative.** 2017. 162 p. Mémoire de master – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Ce travail a le but d'analyser le principe de l'affectivité dans le droit de famille brésilien, surtout en matière de mariage, avec le soutien de la philosophie et de l'anthropologie des affections et à travers une étude historique et comparative des droits romain, canonique et français. Avec les éléments les plus importants de ces droits et la considération de la philosophie et l'anthropologie des affections, ce mémoire analyse la viabilité et adéquation de ce principe dans le droit brésilien.

MOTS-CLÉS: principe de l'affectivité, droit de famille, mariage, droits romain, canonique et français, anthropologie et philosophie.

SUMÁRIO

Introdução*	1
1 Elementos para a compreensão da afetividade: considerações a partir da antropologia e da filosofia	11
1.1 A afetividade como objeto de estudo	11
1.1.1 O afeto no pensamento aristotélico-tomista.....	12
1.1.1.1 Os ensinamentos da "Ética a Nicômaco"	12
1.1.1.2 O conceito aristotélico de <i>orexis</i> e seus desdobramentos	14
1.1.1.3 Teoria tomista dos apetites.....	16
1.1.2 Teoria cartesiana das paixões.....	17
1.1.3 Teoria condutivista da emoção	19
1.1.4 O pensamento de Dietrich von Hildebrand.....	20
1.1.4.1 O desprezo da esfera afetiva ao longo da história.....	20
1.1.4.2 A afetividade como resposta e a falta de autenticidade afetiva	22
1.1.4.3 Sentimentos físicos e psíquicos	23
1.1.4.4 Paixões	24
1.1.4.5 Afetividade terna e enérgica	25
1.1.4.6 A hipertrofia afetiva, o coração tirânico e o "eu" real.....	27
1.1.5 Os quatro amores de C.S. Lewis.....	28
1.1.5.1 Afeição	29
1.1.5.2 Amizade	30
1.1.5.3 <i>Eros</i>	32
1.1.5.4 Caridade	34
1.2 Conclusão do capítulo	35
2 Panorama histórico-comparativo do casamento	38
2.1 Direito romano	38
2.1.1 Conceito e natureza jurídica do casamento	38
2.1.2 Requisitos fundamentais	39
2.1.2.1 Consentimento	40
2.1.2.2 Puberdade.....	40
2.1.2.3 <i>Conubium</i>	41
2.1.3 Elementos constitutivos	42
2.1.3.1 <i>Affectio maritalis</i>	42
2.1.3.2 <i>Honor matrimonii</i>	43
2.1.4 Formas de casamento	44
2.1.4.1 <i>Cum manu</i>	44
2.1.4.1.1 <i>Confarreatio, coemptio e usus</i>	45
2.1.4.2 <i>Sine manu</i>	46
2.1.5 Dissolução do vínculo matrimonial	46
2.2 Direito canônico	46
2.2.1 Conceito e natureza jurídica.....	46
2.2.2 Aspectos fundamentais	48
2.2.2.1 A centralidade do consentimento para a formação do matrimônio canônico	48
2.2.2.2 A sacramentalidade do matrimônio	49
2.2.3 O matrimônio nas Escrituras.....	50

2.2.3.1 Antigo Testamento	50
2.2.3.1.1 Gn 1, 26-28	51
2.2.3.1.2 Gn 2, 18-24	51
2.2.3.2 Novo Testamento	52
2.2.3.2.1 Evangelhos	52
2.2.3.2.1.1 Mt 19, 3-9	52
2.2.3.2.2 Escritos de São Paulo	53
2.2.4 Propriedades essenciais: unidade e indissolubilidade	54
2.2.5 Fins do matrimônio	56
2.2.6 Dissolução do vínculo matrimonial	57
2.2.7 Declaração de nulidade	58
2.2.7.1 Consentimento inválido	58
2.2.7.2 Vício na forma	59
2.2.7.3 Impedimentos	60
2.2.7.4 Críticas aos pedidos de declaração de nulidade infundados	61
2.2.8 Convalidação	62
2.2.9 Magistério da Igreja	63
2.2.9.1 Discursos Pontifícios à Rota Romana	63
2.2.9.2 Encíclica <i>Casti connubii</i>	64
2.2.9.3 Constituição dogmática <i>Lumen gentium</i>	64
2.2.9.4 Constituição pastoral <i>Gaudium et spes</i>	65
2.2.9.5 Encíclica <i>Humanae vitae</i>	66
2.2.9.6 Exortação Apostólica <i>Familiaris consortio</i>	67
2.2.9.7 Exortação Apostólica <i>Amoris laetitia</i>	68
2.3 Direito Francês	69
2.3.1 Do casamento regido pelo direito canônico ao casamento exclusivamente civil	69
2.3.2 Disciplina do casamento pelo Código Napoleônico	71
2.3.2.1 Conceito e natureza jurídica do casamento	71
2.3.2.2 Impedimentos matrimoniais	73
2.3.2.3 Condições de validade	75
2.3.2.3.1 Diferença de sexos	75
2.3.2.3.2 Puberdade	76
2.3.2.3.3 Consentimento dos esposos	77
2.3.2.3.4 Consentimento dos pais	78
2.3.2.4 Nulidades	80
2.3.2.4.1 Relativas	80
2.3.2.4.2 Absolutas	81
2.3.3 Direitos e deveres dos esposos	82
2.3.4 Divórcio	84
2.3.4.1 Culpa	84
2.3.4.2 <i>Les charges assumées</i>	85
2.3.4.3 Consentimento mútuo	87
2.3.4.4 Le double aveu	88
2.3.5 Transformação na essência do casamento	89
2.3.5.1 A consideração do afeto	89
2.3.5.2 Rumo a uma apreensão inteiramente subjetiva do casamento	90
2.3.6 Análise crítica de decisão da Primeira Câmara Civil da Corte de Cassação Francesa	91
2.3.7 Conclusão do capítulo	93
2.3.7.1 Direito romano	93

2.3.8.2 Direito canônico	95
2.3.8.3 Direito francês	96
3 Direito brasileiro	100
3.1 Breve retrospectiva histórica: o regramento do casamento no cenário anterior à Constituição de 1988	100
3.1.1 Brasil-Império	100
3.1.1.1 Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia	100
3.1.1.1.1 Conceito e fins do matrimônio	100
3.1.1.1.2 Capacidade e impedimentos	101
3.1.1.2 Concílio de Trento	102
3.1.1.3 Ordenações Filipinas	103
3.1.1.4 Leis de 29 de novembro de 1775 e de 6 de outubro de 1784	104
3.1.2 Brasil-República	105
3.1.2.1 Constituições Federais	106
3.1.2.2 Código Civil de 1916	107
3.1.2.2.1 Conceito e fins do casamento	108
3.1.2.2.2 Condições de validade	109
3.1.2.2.3 Impedimentos	110
3.1.2.3 Divórcio	111
3.1.2.3.1 Breve histórico	111
3.1.2.3.2 Resistência à introdução do divórcio no Brasil	112
3.1.2.3.3 A aprovação do divórcio	114
3.1.2.3.4 Aspectos principais da Lei 6515/77	114
3.2 Análise a partir da Constituição de 1988 e do Código Civil de 2002	115
3.2.1 Conceito e fins do casamento	117
3.2.2 Condições de validade	118
3.2.3 Impedimentos	119
3.2.4 O divórcio a partir da Emenda Constitucional 66/2010	120
3.3 Conclusão do capítulo	121
4 O princípio da afetividade no moderno direito brasileiro	124
4.1 O surgimento da afetividade como espinha dorsal do direito de família	124
4.2 A problemática da afetividade enquanto princípio	126
4.3 Neoconstitucionalismo, crítica à teoria da separação de poderes e ativismo judicial como instrumentos para a valorização dos princípios	128
4.4 Acolhida pelos Tribunais	130
4.5 A inadequação do princípio da afetividade	132
4.6 Conclusão do capítulo	134
Conclusão	136
Referências bibliográficas	140

INTRODUÇÃO*

Muito já se escreveu a respeito do casamento, procurando-se desvendar a sua origem e analisar suas características, de modo que entre juristas, filósofos, antropólogos, historiadores e pesquisadores em geral, sempre figurou o matrimônio como matéria de interesse.

Juntamente com a família, cuja origem também demandaria um estudo à parte, o matrimônio se destaca como uma das poucas instituições que resistiram, “de forma contínua e indestrutível, à marcha inexorável da humanidade.”¹

Desde a antiga Roma, cujo direito que nos foi legado servirá como um dos pilares do presente estudo, não há sinais de que o casamento possa vir a perder sua notável importância, seja como instituição, contrato ou ainda como sacramento.

Nesse contexto, interessante notar que diante de tantas outras formas de união, o matrimônio permanece, sobretudo no mundo ocidental, como importante ator no cenário social, fazendo parte dos projetos de vida de milhões de pessoas.

Continua, nessa esteira, a chamar atenção o fato de duas pessoas decidirem livremente se unir, de forma solene, para estabelecer e tornar pública uma comunhão que pretende, pelo menos a princípio, perdurar por toda a vida.

Como afirma Arnould Bethery de La Brosse, historicamente, a concepção jurídica do liame conjugal foi quase sempre elaborada considerando uma certa transcendência, cujas raízes extrapolam largamente a esfera do direito.²

Nesse sentido, a clássica definição de casamento, da lavra de Modestino³, aponta sua essência de forma concisa e sem abdicar da precisão, muito embora tenha sofrido influência de diferentes realidades sociais e políticas, muitas das quais tentaram modificá-la substancialmente.

* As citações bibliográficas em notas de rodapé, após a primeira referência a determinada obra, apontarão apenas suas informações essenciais, seguidas da indicação da nota em que primeiramente foram mencionadas. Assim, por exemplo: BETHERY DE LA BROSSE, Arnould. *Entre amour...* op. cit. (nota 2) = obra já citada, de Arnould Bethery de La Brosse, cujos dados completos podem ser encontrados na nota de rodapé de nº 2.

¹ LEITE, Eduardo de Oliveira. *Tratado de direito de família: origem e evolução do casamento*. Curitiba: Juruá, 1991, p. 3.

² BETHERY DE LA BROSSE, Arnould. *Entre amour et droit: le lien conjugal dans la pensée juridique moderne (XV^e-XX^e siècles)*. Paris: Lextenso éditions, 2011, p.1.

³ *Nuptiae sunt conjunctio maris et foeminae, et consortium omnis vitae: divini et humani juris communicatio*. D. 23, 2, 1.

O conceito apresentado pelo jurista romano continua a ser submetido a diversas tentativas de transformação, seja com relação aos atores do casamento (*maris et foeminae*), quanto à sua duração (*consortium omnis vitae*) e também a respeito de sua transcendência (*divini et humani juris communicatio*).

Uma das principais mudanças se deu indubitavelmente com o advento da Reforma Protestante, ocasião em que “o Estado é chamado a prover o casamento daqueles que não mais pertenciam à Igreja Católica.”⁴

Nesse contexto, teve início o processo de secularização, inaugurado pela Holanda, em 1580, que foi o primeiro país a adotar o casamento civil, subtraindo do direito canônico a competência de que gozava até então.

Contudo, um dos países em que a laicização do matrimônio se deu de maneira mais intensa foi a França, cujo direito será um dos pilares do presente estudo, mas em momento posterior, mais precisamente dois séculos depois dos holandeses.

De tal feita, sobretudo nos últimos dois séculos, começou a ganhar corpo um novo paradigma, que se traduz principalmente pela passagem de um contexto de estratégia familiar para o de consideração dos anseios individuais.

Antes a identidade se construía pela conformidade a uma ordem pré-estabelecida, ao passo que atualmente a referência não repousa mais sobre a instituição, mas sim sobre o indivíduo, revelando, portanto, a passagem de um contexto de heteronomia para outro de autonomia.⁵

Diante de tal escolha – casar-se ou não – interessa, com incontestáveis reflexos no direito, analisar não só o que leva dois indivíduos a contraírem casamento, mas sobretudo o que os motiva a permanecerem casados.

Durante muito tempo, a consideração do sentimento entre os nubentes restou obscurecida pelos interesses familiares, que viam no casamento uma possibilidade econômica, sendo irrelevante o fato de os nubentes nutrirem afeto um pelo outro.

Na Idade Média, aliás, o amor entendido pelo viés da paixão era visto como algo irrealizável, que não poderia se concretizar nessa vida, como demonstra um trovador do século XIII, Aimeric de Belenoi, citado por Denis de Rougemont:

“Mais me agrada então morrer
Que da vil alegria desfrutar
Pois alegria vilmente alimentada

⁴ LEITE, Eduardo de Oliveira. *Tratado de...* op. cit. (nota 1), p. 265.

⁵ Cf. BETHERY DE LA BROSSE, Arnould. *Entre amour...* op. cit. (nota 2), p. 3.

Não pode nem deve tanto me agradar
 ...de fato esse louco desejo
 Me matará, quer pelos caminhos eu fique ou vá
 Pois aquela que pode me curar não me chora... e este desejo
 Prevalece – embora seja delírio –
 Sobre outro qualquer”⁶

A impossibilidade do amor, contudo, passou a ser contestada com vigor no século XIX, em razão do surgimento do romantismo⁷, cujas obras literárias divinizam a paixão. A tradição literária do “amor-paixão” poderia ser, portanto, analisada como a reformulação de um modelo matrimonial⁸.

De forma bastante resumida, nesse contexto de afirmação do indivíduo, valorizando a liberdade de cada qual para decidir os rumos de suas respectivas vidas, está o arcabouço de valores que permitiu, posteriormente, a gênese do que a doutrina brasileira contemporânea chama de afetividade, sendo vasta e heterogênea a sua tentativa de conceituação, apresentada por alguns autores deste século com peso principiológico.

Apesar de não constar expressamente nem da Constituição Federal e tampouco do Código Civil, parcela dos estudiosos do direito de família no Brasil defende sua presença implícita em nosso ordenamento jurídico, como forma de prestigiar, sobretudo, o princípio da dignidade da pessoa humana, este sim positivado pelo art. 1º, III da Carta Maior.

Elemento absolutamente estranho ao direito, o afeto, construído de maneira amplamente subjetiva pela doutrina, tem sido acolhido como razão de decidir inclusive de Tribunais Superiores, realidade essa que leva os estudiosos a se questionarem: o que seria então, objetivamente, o princípio da afetividade?

As definições são plurais e bastante variadas, geralmente prescindindo do auxílio de outras ciências. A título exemplificativo, confirmam-se algumas delas, trazidas por autores do direito de família.

Para Rolf Madaleno, “o afeto é a mola propulsora dos laços familiares e das relações interpessoais movidas pelo sentimento e pelo amor, para ao fim e ao cabo dar sentido e dignidade à existência humana. A afetividade deve estar presente nos vínculos de filiação e de parentesco, variando tão somente na sua intensidade e nas especificidades do

⁶ ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o ocidente*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988, p. 73.

⁷ Cf. DAUMARD, Adeline. *Affaire, amour, affection: le mariage dans la société bourgeoise au XIXème siècle* in *Romantisme*, 1990, n°68, *Amours et société*, p. 33. *Au nom des droits de la femme et dans une littérature qui divinisait la passion, le mariage avait subi de rudes attaques à l'époque romantique*.

⁸ Cf. CHAMPION, Bernard. *Du “mariage arrangé à “l'amour passion”*. In: BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte, Église et autorités, Limoges: Presses Universitaire Limoges, 2006, p. 110.

caso concreto. Necessariamente os vínculos consanguíneos não se sobrepõem aos liames afetivos, podendo até ser afirmada a prevalência desses sobre aqueles. O afeto decorre da liberdade que todo indivíduo deve ter de afeiçoar-se a um outro, decorre das relações de convivência do casal entre si e destes para com seus filhos, entre os parentes, como está presente em outras categorias familiares, não sendo o casamento a única entidade familiar.”⁹

Paulo Lôbo, por sua vez, apesar de não definir propriamente o que seriam os afetos, assevera que o princípio da afetividade “fundamenta o direito de família na estabilidade das relações socioafetivas e na comunhão de vida, com primazia sobre as considerações de caráter patrimonial ou biológico.”¹⁰

Como derradeiro exemplo, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus Maluf sustenta que “a afetividade pode ser entendida como a relação de carinho ou cuidado que se tem com alguém íntimo ou querido. É um estado psicológico que permite ao ser humano demonstrar os seus sentimentos e emoções a outrem. Pode também ser considerado o laço criado entre os homens, que, mesmo sem características sexuais, continua a ter uma parte de amizade mais aprofundada.”¹¹

Em termos gerais, expostas algumas das tentativas de definições, a afetividade passou a integrar o vocabulário jurídico há pouco tempo, fruto da mencionada passagem para um contexto de autonomia, em que o indivíduo pretende que o Estado lhe forneça o que for mais conveniente.

Portanto, justamente por ter passado a figurar recentemente nos estudos dos juristas, necessária se mostra uma investigação em que não bastam os enunciados jurídicos, mas em que deve ser valorizada a transformação histórica e os paradigmas de outros direitos que foram relevantes para a formação do brasileiro.

De igual modo, não se pode prescindir de algumas considerações de cunho antropológico e filosófico, que permitam averiguar a sua real extensão e a maneira pela qual se integra à personalidade.

Há que se valorar se as relações afetivas são mero fato privado, conferindo a cada qual absoluta autonomia para satisfazer seus desígnios e, nessa esteira, deve-se verificar se a afetividade é somente um sentimento ou se é constituída também por um ato de vontade em direção de um outro.

⁹ MADALENO, Rolf. *Curso de direito de família*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011, p. 95.

¹⁰ LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 70.

¹¹ MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. *Direito das famílias: amor e bioética*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 18.

Não por outro motivo, Antonio Malo Pé coloca a seguinte questão: de fato, pode-se identificar o amor ao outro com o sentimento? Dito de outro modo: pode-se afirmar que sem o sentimento não há amor?¹²

Com o objetivo de responder a essa pergunta, pode-se recorrer, prudentemente, a Aristóteles, para quem “parece que o amor é um sentimento e a amizade é uma disposição de caráter; com efeito, pode-se sentir amor até pelas coisas inanimadas, mas o amor mútuo envolve escolha, e a escolha origina-se de uma disposição de caráter. Ademais, os homens desejam bem àqueles a quem amam por eles mesmos, e não em razão de um sentimento, mas de uma disposição de caráter.”¹³

E sobre a efemeridade das relações que se constroem alicerçadas apenas em sentimentos, prossegue: “Assim, essas amizades são apenas acidentais, pois a pessoa amada não é amada por ser o homem que é, mas porque proporciona algum bem ou prazer. É por isso que tais amizades se desfazem facilmente se as partes não permanecem como eram no início, pois se uma das partes cessa de ser agradável ou útil, a outra deixa de amá-la. Acresce que o útil não é permanente, mas está constantemente mudando. Dessa forma, quando desaparece o motivo da amizade, esta se desfaz, pois existia apenas como um meio para chegar a um fim.”¹⁴

Diante do crescente aumento na quantidade de divórcios¹⁵, sobretudo com as inovações legislativas que facilitaram sua realização, deve-se questionar qual a verdadeira base sobre a qual se assenta o casamento, investigando-se o papel dos sentimentos e a relevância de um contínuo ato de vontade, que não os ignora, mas que seria capaz de renovar as disposições dos cônjuges.

Para Augusto Sarmiento, nesse contexto, a união matrimonial responde às exigências mais íntimas do ser humano, ainda que só possa cumprir esse encargo uma antropologia que, dando razão à primazia e dignidade da pessoa, saiba integrar os diversos significados da sexualidade na totalidade unificada do ser humano.¹⁶

¹² Cf. MALO PÉ, Antonio. *Antropología de la afectividad*. Navarra: EUNSA, 2004, p. 17. *En efecto ¿puede identificarse el amor al otro con el sentimiento? Dicho de otro modo: ¿puede afirmarse que sin el sentimiento no hay amor?*

¹³ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2008, p. 179.

¹⁴ ARISTÓTELES. *Ética...* op.cit. (nota 13), p. 175.

¹⁵ De 2004 a 2014, a quantidade de divórcios aumentou 160%, havendo o Brasil registrado 314 mil divórcios em 2014, em comparação com 130 mil em 2004. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/em-10-anos-taxa-de-divorcios-cresce-mais-de-160-no-pais>> Acesso em: 13 abr 2016.

¹⁶ Cf. SARMIENTO, Augusto. *El matrimonio cristiano*. 4. ed. Navarra: EUNSA, 2012, p. 33. [...] *la unión matrimonial responde a las exigencias más íntimas del ser humano. Si bien sólo puede cumplir esse cometido una antropología que, dando razón de la primacía y dignidade de la persona, sepa integrar los diversos significados de la sexualidad en la totalidad unificada del ser humano.*

Contudo, para que a união matrimonial efetivamente responda às exigências mais íntimas do ser humano e possa ser regularmente mantida, não se pode prescindir da relevância da vontade, que, nas palavras de Enrique Rojas, é uma aspiração que exige uma série de pequenos ensaios e esforços, até que, uma vez educada, é reforçada e produz seus frutos.¹⁷

No primeiro capítulo do trabalho, portanto, pretende-se investigar a fundo o que são os afetos. Com esse intento, estabelece-se um panorama que parte do pensamento de Aristóteles, que constitui a base para os estudos de Santo Tomás de Aquino, analisam-se as teorias das paixões e condutivista, de Descartes e Skinner, respectivamente, e, por fim, estudam-se as obras de Dietrich von Hildebrand e C.S. Lewis.

Em um segundo momento, já com uma razoável noção do que significam os afetos, passam a ser estudados os direitos romano, canônico e francês, com o objetivo de verificar se no seio de algum deles, já havia, ainda que de modo indireto ou implícito, a consideração da afetividade enquanto elemento de formação e sustentação do vínculo conjugal.

A respeito dos direitos escolhidos, algumas breves considerações.

Uma investigação sobre o casamento que pretenda ser criteriosa e minimamente coerente não pode descuidar de uma análise profunda partindo do direito romano, sendo insuficiente uma pequena nota a título de introdução ou alguns poucos apontamentos para que se possa chegar ao direito moderno.

Na civilização ocidental como um todo e particularmente nos direitos canônico e francês, igualmente objetos de estudo do presente trabalho, não se pode passar ao largo do direito romano, já que este último, como bem apontado pelo Professor José Carlos Moreira Alves, constitui “notável campo de observação do fenômeno jurídico em todos os seus aspectos.”¹⁸

A esse respeito, aliás, não há explicação mais autorizada do que a dada por Reynaldo Porchat: “Seja, pois, para o fim de bem conhecer o verdadeiro sentido dos institutos jurídicos importados diretamente de Roma para os códigos atuais, seja para perscrutar as origens e a evolução histórica dos textos legislativos ora vigentes, seja para alicerçar as indagações filosóficas acerca de cada um desses institutos, perquirindo a causa do seu aparecimento, e os métodos que guiaram os jurisconsultos a proclamá-los e

¹⁷ ROJAS, Enrique. *La conquista de la voluntad*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 1994, pp. 39-40.[...] *es una aspiración que exige una serie de pequeños ensayos y esfuerzos, hasta que, una vez educada, se afianza y produce sus frutos.*

¹⁸ ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 2.

justificá-los nas suas obras – o estudo do direito romano, em cujos textos, no dizer de Bossuet, reina o bom senso, que é o mestre da vida, impõe-se como indispensável a todos que cultivam a ciência jurídica.”¹⁹

Ou então, nas palavras de Dárcio Rodrigues, “há, podemos dizer, uma continuidade histórica inegável desde Roma até hoje, e a sabedoria dos juristas clássicos quase sempre pode aplicar-se, de modo imediato, para a compreensão de muitos problemas que nos oferece o direito privado moderno.”²⁰

Especificamente com relação ao casamento, que era considerado, sobretudo, como o fundamento da família²¹, o direito romano “adotou uma solução extremamente *sui generis*, de notável simplicidade e pragmatismo.”²² Trata-se da única maneira de contrair núpcias em Roma: pela mútua concordância na *affectio maritalis*.²³

A *affectio maritalis*, portanto, ao se traduzir por uma vontade duradoura²⁴, manifestada ao longo do tempo, e não como mero afeto, como poderia sugerir o termo *affectio*, permitirá uma relevante comparação com os direitos que por ele foram influenciados.

Após analisar o direito romano, sem o qual, como afirma Jean Gaudemet²⁵, o direito matrimonial da Igreja e os direitos seculares modernos não seriam o que são, passa-se a discorrer acerca do direito canônico.

Importante ressaltar que nos cinco primeiros séculos depois de Cristo, foram bastante raras as disposições da Igreja em matéria de matrimônio. Tal fato, contudo, não autoriza a afirmação de que a questão lhe fosse indiferente. Prova disso é que os Evangelhos e as Cartas de São Paulo haviam tratado sobre o tema, ressaltando-se que os

¹⁹ PORCHAT, Reynaldo. *Curso elementar de direito romano*. São Paulo: Duprat, 1907, pp. 11-12.

²⁰ Cf. RODRIGUES, Dárcio Roberto Martins. *Aspectos de interesse atual do matrimônio romano*. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S.l.], v. 93, p. 82, jan. 1998. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67400>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

²¹ Cf. CUQ, Edouard. *Manuel des institutions juridiques des Romains*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1928, p. 154. *Dans l'ancien droit, le mariage est considéré surtout comme le fondement de la famille*.

²² MARCHI, Eduardo César Silveira Vita. Matrimônio moderno e matrimônio romano clássico. In: _____. *Estudos de Direito Civil: a Garota de Âncio, a Nua Propriedade, a Causa Curiana e o Soneto de Fidelidade*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 116.

²³ Cf. RODRIGUES, Dárcio Roberto Martins. *Aspectos de interesse atual...* op.cit. (nota 20), p. 92.

²⁴ Cf. BERGER, Adolf. *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1953, p. 356.

²⁵ Cf. GAUDEMET, Jean. *Les legs du droit romain en matière matrimoniale*. In: *Il matrimonio nella società altomedievale. Settimane di studio del centro italiano di studi sull'alto medioevo XXIV, t. I*. Spoleto: CISAM, 1977, p. 139. *Le part du droit romain y est en effet considérable. Sans lui le droit matrimonial de l'Église et nos droits séculiers modernes ne seraient pas ce qu'ils sont*.

escritos dos evangelistas haviam feito referências à indissolubilidade do vínculo matrimonial.²⁶

A escassez de documentos que tratam do matrimônio²⁷, apesar da ressalva acima, constitui um indício de que a Igreja deixava ao direito secular a missão de regulamentar os diversos pontos do direito matrimonial. Em outras palavras, trata-se de indício de que, com exceção de temas sensíveis como o da indissolubilidade, aceitava-se em seu conjunto o direito romano.²⁸

Feita a ressalva, o tópico dedicado ao direito canônico começará com a transcrição e análise de algumas passagens das Escrituras que informam a doutrina da Igreja em matéria matrimonial.

Pretende-se ainda tratar de alguns dispositivos dos Códigos de Direito Canônico de 1917 e de 1983, que traduzem os ensinamentos da Igreja em matéria matrimonial, assim como alguns documentos do Magistério da Igreja, entre os quais as Exortações Apostólicas *Familiaris consortio* (João Paulo II) e *Amoris laetitia* (Papa Francisco), as Constituições *Gaudium et spes* e *Lumen gentium*, a Encíclica *Humanae vitae* e a Declaração *Dignitatis humanae* (todas de Paulo VI).

Por fim, o trabalho pretende se debruçar também sobre o direito francês, que influenciou diversos ordenamentos jurídicos ocidentais, como o brasileiro.

Considera-se o contexto da Revolução Francesa, em que o matrimônio passa a ser definitivamente secularizado e investigam-se os pontos mais relevantes trazidos pela promulgação do Código Napoleônico.

Recairá, sobre esse último, cuidadosa análise, que procurará investigar também os debates realizados quando de sua elaboração, com o auxílio da obra de Pierre-Antoine Fenet²⁹, que recolheu as discussões dos trabalhos preparatórios.

Fato é que até o século XIX ainda vigorava na França um contexto de estratégia familiar, como retrata o exemplo histórico dado por Gaudemet, que cita a figura do jovem Edme Restif, cujo pai o obrigara a se casar com uma camponesa, instando-o a renunciar à

²⁶ Cf. GAUDEMET, Jean. *Les legs...* op.cit. (nota 25), p. 143.

²⁷ Cf. GAUDEMET, Jean. *Les legs...* op.cit. (nota 25). *Si la législation en traite peu, c'est d'abord parce que cette législation, ou du moins ce qui nous en est parvenu, est d'une ampleur relativement modeste: essentiellement les canons de cinq ou six conciles orientaux du quatrième siècle, les mesures, très imparfaitement transmises, des conciles africain du troisième siècle au milieu du cinquième siècle et celles de rares conciles gaulois, enfin à partir des dernières années du quatrième siècle quelques décrétales pontificales.*

²⁸ Cf. GAUDEMET, Jean. *Les legs...* op.cit. (nota 25), p. 144.

²⁹ Cf. FENET, Pierre-Antoine. *Recueil complet des travaux préparatoires du Code Civil*. Tome neuvième. Paris: Videcoq, 1836

mulher por quem estava apaixonado. Diante de referida circunstância, teria o garoto proferido as seguintes palavras, em tradução livre: “Eu seria bastante infeliz e indigno de ser eu mesmo pai um dia caso tivesse aportado resistência em uma ocasião como essa, que é o mais alto e supremo exercício do poder dos pais.”³⁰

Entre as famílias que se estimavam, faziam-se com frequência projetos já quando estavam as crianças em seus berços, sendo o casamento um negócio ao mesmo tempo de família e econômico, realidade essa presente em todos os meios sociais.³¹ Molière, grande e reconhecido escritor, teceu grande crítica a esse contexto em uma peça de teatro de sua autoria, afirmando que o casamento é uma corrente em que jamais se deve submeter um coração pela força.³²

Antes de concluir o tópico que tem como objeto o direito francês, merecerão destaque os principais aspectos relativos à doutrina contemporânea francesa e às inovações legislativas que se deram naquele país.

Em suma, sublinhados alguns pontos de relevância para o presente trabalho, pretende-se fornecer elementos que possibilitem investigar, tomando-se como base os direitos romano, canônico e francês e valendo-se de considerações de natureza antropológica e filosófica, qual o verdadeiro papel da afetividade e o que, de fato, representa para a formação e a manutenção do casamento.

Nos últimos dois capítulos, já estudados os direitos eleitos e feitos breves apontamentos com o auxílio de outras ciências, será feita uma análise crítica do cenário brasileiro, sem prescindir também da perspectiva histórica e da tradição jurídica, que permitirão lançar luzes sobre o estado atual da doutrina e do entendimento jurisprudencial no Brasil.

Interessa ao presente trabalho, portanto, se debruçar sobre a afetividade sem, contudo, ignorar sua ampla utilização para justificar novos tipos de uniões e as mudanças que vem produzindo não só em matéria de casamento, mas em todo o direito de família.

³⁰ GAUDEMET, Jean. *L'engagement conjugal. Le regard des canonistes à la veille de la Révolution* in *Colloque sur la famille, la loi, l'état – débats révolutionnaires*. Centre de recherche interdisciplinaire de Vaucresson, 1989. *Je serais bien malheureux et bien indigne d'être moi-même père un jour, si j'apportais de la résistance dans une occasion comme celle-ci, qui est le plus haut et le suprême exercice de la puissance des pères*.

³¹ Cf. DAUMARD, Adéline. *Affaire, amour, affection...* op. cit (nota 7), p. 41. *Entre familles qui s'estiment, écrit à son fils, en 1855, un ancien préfet, Achille Chaper, il se fait souvent de ces projets sur le berceau des enfants, ils n'engagent personne. Conclu dans ces conditions, le mariage était une affaire, mais une affaire de famille autant qu'une affaire d'argent. Cela était vrai pour tous les milieux sociaux*.

³² Cf. MOLIERE, *Le malade imaginaire*, Ato 2, Cena 6, 1673. *Le mariage est une chaîne où l'on ne doit jamais soumettre un coeur par force*.

De tal feita, com a cautela necessária diante da evidente complexidade do tema, os estudos desenvolvidos almejam contribuir para que se chegue a uma valoração jurídica adequada da afetividade, reputada necessária para uma aplicação sóbria e coerente, fruto de uma reflexão enriquecida pela perspectiva histórica e pelo auxílio de outros campos do conhecimento.

CONCLUSÃO

Apesar da complexidade do tema, das diferentes visões antropológicas e filosóficas acerca da afetividade, do vasto e heterogêneo patrimônio jurídico dos direitos romano, canônico e francês, é possível chegar a algumas conclusões sobre o valor dos afetos no direito de família brasileiro e, mais especificamente, no matrimônio.

Ao contrário do direito romano, em que o casamento se verifica ordinariamente pela presença da *affectio maritalis*, uma vontade duradoura que se manifesta também na constância do vínculo matrimonial, no direito brasileiro só se manifesta essa vontade quando de sua celebração, podendo ocasionar a não rara situação em que se está formalmente casado, mas separado no plano dos fatos.

O ato de vontade não só para a formação como para a manutenção do casamento, que é verificado objetivamente apenas no direito romano, embora seja esperado para qualquer tipo de matrimônio realizado sob a égide de qualquer direito, caminha de encontro com a tese de Aristóteles no sentido de que "o amor mútuo envolve escolha e a escolha origina-se de uma disposição de caráter."⁶²⁹

A escolha a que se refere o Estagirita se manifesta em um primeiro e solene momento que se dá com a celebração do matrimônio e o intercâmbio das vontades dos nubentes, sendo que escolhe-se também, a partir de uma disposição do caráter, ratificar continuamente essa escolha por meio de atos em direção ao bem do cônjuge.

Essa realidade sugere aos diversos casamentos contemporâneos que se baseiam somente ou de maneira preponderante no amor romântico de que fala C.S. Lewis, que atentem para o fato de que a permanência e o aprimoramento do vínculo conjugal - já que é sempre possível amar mais, ainda que de modo diverso - dependem de um renovado ato de vontade por partes dos casados.

Nesse aspecto, o direito canônico, além de ter conferido ao consentimento matrimonial uma função central, revelou principalmente através dos documentos do Magistério da Igreja o papel que deve ocupar a afetividade no seio do casamento.

Diversos foram os apontamentos: a) o amor matrimonial deve ser fundado "já não somente na inclinação dos sentidos, que em breve se desvanece, nem também somente nas palavras afetuosas, mas no íntimo afeto da alma, manifestado ainda exteriormente, porque o amor se prova com obras"⁶³⁰; b) o amor conjugal "não é simples ímpeto do instinto ou do

⁶²⁹ ARISTÓTELES. *Ética*...op.cit. (nota 13), p. 179.

⁶³⁰ PAPA PIO XI. *Casti*...op.cit. (nota 352), p. 7.

sentimento; mas é também, e principalmente, ato da vontade livre, destinado a manter-se e a crescer, mediante as alegrias e as dores da vida cotidiana, de tal modo que os esposos se tornem um só coração e uma só alma e alcancem juntos a sua perfeição humana”⁶³¹; c) “se o amor se reduzir a mera atração ou a uma vaga afetividade, isto faz com que os cônjuges sofram duma extraordinária fragilidade quando a afetividade entra em crise ou a atração física diminui”⁶³²; d) o amor que um cônjuge promete ao outro deve superar toda a emoção, sentimento ou estado de ânimo, ainda que possa incluí-los.⁶³³

No direito francês, por sua vez, observou-se, dentre outros aspectos, que a ideia de felicidade individual passou realmente a ser fortalecida, sendo que o casamento se torna um mero direito, estritamente privado, que o Estado tem de garantir ao indivíduo. Por essa razão, Bethery de la Brosse chama de "sociedade do indivíduo" o ambiente em que são reivindicados os direitos de cada qual, dando origem a um pluralismo familiar e matrimonial.⁶³⁴

Observou-se que é cada vez menor a ingerência do Estado, que deixa de editar normas que objetivem evitar a consumação do divórcio, como ocorria nos casos estudados em que o juiz podia dar conselhos para que os cônjuges permanecessem casados ou então nas situações em que havia um prazo de reflexão para o pedido de divórcio.

Outro ponto relevante bastante particular da realidade francesa é a possibilidade de divórcio pela via do *double aveu* ou da dupla confissão, em que se dá um duplo esforço dos cônjuges, através da redação de documentos chamados *mémoires*, que podem ser capazes de gerar a reconciliação justamente porque permitem ao casal que analise o caminho percorrido até então e identifique o que prejudicou a relação.

Mais recentemente, o *mariage pour tous* ("casamento para todos"), movimento que contribuiu para a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo na França, evidencia também a lógica individualista, confirmando que o Estado apenas tem de se limitar a conferir direitos a indivíduos ou grupos de indivíduos que sejam capazes de se organizar e reivindicá-los.

Em suma, no direito francês partiu-se de uma compreensão dos afetos como sendo menos nobres, inequívocos à inteligência e à vontade humanas e que deveriam, a todo custo, ser evitados e partiu-se para uma realidade, cuja ideologia teve o ápice nas décadas

⁶³¹ PAPA PAULO VI. *Humanae...*op.cit. (nota 370), p. 4.

⁶³² PAPA FRANCISCO. *Amoris...*op.cit. (nota 379), p. 171.

⁶³³ Cf. PAPA FRANCISCO. *Amoris...*op.cit. (nota 379), pp. 125-126.

⁶³⁴ Cf. BETHERY DE LA BROSSE, Arnould. *Entre amour...*op. cit. (nota 2), p. 247.

de 60 e 70 do século passado, em que a felicidade individual tem de ser garantida a todo e qualquer indivíduo, inclusive em matéria matrimonial.

Por fim, no direito brasileiro, verificou-se que o princípio da afetividade foi muito recentemente incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro, mas não sem grandes críticas a seu respeito, diante de sua notável heterodoxia.

O contexto de panprincipiologismo de que se tratou no capítulo anterior revela a grande importância que assumiram os princípios, sobretudo para fundamentar as decisões judiciais. Contudo, como se apontou, diversos são os problemas que emergem do ativismo judicial, que se vale mormente dos princípios para inovar o direito.

O principal desses problemas é a falta de legitimidade democrática dos magistrados, que não foram eleitos para desempenhar atividade legiferante. Por esse motivo, é temerário constatar o grande volume de decisões que tem sido tomadas com base em princípios implícitos, construídos doutrinariamente ou pelos próprios julgadores.

Como já se ressaltou, o Direito se ocupa majoritariamente de condutas objetivas e não de meros sentimentos, ainda que estes últimos possam estar presentes, que pertencem à esfera pessoal e íntima de cada indivíduo e que, portanto, escapam ao âmbito jurídico.

Conclui-se pela desnecessidade do princípio da afetividade no direito de família brasileiro, diante da existência de regras e parâmetros constitucionais e infraconstitucionais que garantem aos titulares os direitos que lhes correspondem.

Contudo, diante do fato de que o princípio em questão demonstra estar incorporado ao ordenamento pátrio, sobretudo diante da inegável acolhida por parte dos Tribunais Superiores, anotam-se algumas críticas para a sua melhor compreensão e o seu aprimoramento.

Como já se disse, um grande ponto a ser ressaltado é o de que a responsabilidade que resulta de um casamento solene e validamente celebrado não pode passar a ser um mero sentimento de responsabilidade, como pode levar a crer a interpretação do princípio da afetividade.

O vínculo matrimonial não é apenas um sentimento de responsabilidade, mas sim uma responsabilidade efetiva, que se apoia também sobre a inteligência e a vontade, de modo que quando determinado sentimento se esvai ou se transforma, as outras potências humanas servem para apontar o reto caminho em direção ao bem dos cônjuges e de sua eventual prole.

O amor romântico de que trata C.S. Lewis, embora costume ser o combustível para a formação do casamento, dificilmente será o pilar em que ele se sustentará para se manter

sólido. Por seus próprios traços de inconstância e volatilidade, os afetos na modalidade *eros* não podem sustentar um vínculo que, na realidade, demanda sobretudo uma verdadeira disposição da vontade de ambos os cônjuges, através de sacrifícios e abnegações mútuos.

Não se pode dizer que foi negativa a mudança que se vislumbrou nos últimos séculos, em que os casamentos deixaram de ser majoritariamente fruto de interesses econômicos e familiares e passaram a considerar, de maneira mais ou menos intensa, os afetos que unem os nubentes.

É salutar a consideração dos afetos, desde que se compreendam os seus traços principais. Quando os afetos, sobretudo em matéria de amor romântico, são considerados como deuses, passam, invariavelmente, como alertou Lewis, a se tornar demônios.

Esse contexto perigoso para a manutenção do vínculo matrimonial é particularmente recorrente na sociedade contemporânea justamente porque os nubentes estabelecem como alicerce de suas uniões, com exclusividade, o amor romântico, esquecendo-se de que elas se mantêm sobretudo pelo amor de amizade, que não desnatura nem prejudica aquele.

Os afetos, então, para que penetrem de maneira coerente e autêntica na seara jurídica, devem ser bem compreendidos e o Direito, como se demonstrou, não tem instrumentos suficientes para possibilitar essa compreensão.

Como última conclusão, desvelado todo o contexto histórico, jurídico, antropológico e filosófico que permeia a afetividade no casamento, é oportuno se valer das palavras de Denis de Rougemont: “se nossa civilização pretende subsistir, será necessário que faça uma grande revolução; ela precisa reconhecer que o casamento, do qual depende sua estrutura social, é mais grave que o amor que ela cultiva, e que ele necessita de outros fundamentos além de uma bela febre.”⁶³⁵

⁶³⁵ ROUGEMONT, Denis de. *O amor...* op. cit. (nota 6). Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988, p. 11.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADNÈS S. J., Pierre. *Le mariage: théologie sacramentaire*. Tournai: Desclée, 1963.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito Romano*. 14^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. *A natureza jurídica do casamento romano no direito clássico*. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, n. 90, 1995, pp. 3-47.

_____. *J. E. Labbé e a natureza jurídica do casamento romano*. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, n. 74, 1979, pp. 109-117.

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo do. *Obstáculos ao casamento no Brasil imperial*. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=fccb60fb512d13df>>.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

ARTOLA, Alejandro Lizarraga. *Discursos pontificios a la Rota Romana*. Navarra: EUNSA, 2012.

ATTUEL MENDES, Laurence. *Consentement et actes juridiques*. Bibliothèque de Droit de l'Entreprise: Lexis Nexis, 2008.

AUBRY, Charles; RAU, Charles. *Cours de Droit Civil Français d'après l'ouvrage allemand de C.-S. Zachariae*. Troisième édition, tome quatrième. Paris: Imprimerie et librairie générale de jurisprudence, 1860.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*. 3. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2000.

BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte. *L'apport du droit canonique à la construction du modèle occidental du mariage*. In: _____, *Église et autorités*, Limoges: Presses Universitaires Limoges, 2006.

BERGER, Adolf. *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1953.

BETHERY DE LA BROSSE, Arnould. *Entre amour et droit: le lien conjugal dans la pensée juridique moderne (XV^e -XX^e siècles)*. Paris: Lextenso éditions, 2011.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Direito de família*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

BOLOGNE, Jean-Claude. *Histoire du mariage en occident*. Paris: Calmann-Lévy, 1997.

BONFANTE, Pietro. *Corso de Diritto Romano*. Volume primo: Diritto di Famiglia. Milano: Giuffrè, 1963.

_____. *Scritti Giuridici Varii. v. I: Famiglia e Successione*. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1916.

BRASIL, *Código Civil*, 2002.

BRASIL, *Constituição Federal*, 1988.

BRASIL, *Decreto n° 181*, 1890.

CAHALI, Yussef Said. *Divórcio e separação*. 10. ed. rev. e atual. de acordo com o novo Código Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. *Princípio da afetividade no direito de família*. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/principio_da_afetividade_no_direito_de_familia.pdf>.

CARBONNIER, Jean. *Droit civil. Introduction: les personnes, la famille, l'enfant, le couple*. Paris: Quadrige, 2004.

CARNEIRO, Nelson. *A família nas Constituições Brasileiras*. Disponível em: <<http://www.ablj.org.br/revistas/revista2/revista2%20NELSON%20CARNEIRO%20A%20fam%C3%ADlia%20nas%20Constitui%C3%A7%C3%B5es%20brasileiras.pdf>>.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Disponível em:
 <http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p2s2cap3_1533-1666_po.html>.

CHAMPION, Bernard. *Du “mariage arrangé à “l’amour passion”*. In: BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte, *Église et autorités*, Limoges: Presses Universitaire Limoges, 2006.

CHAVES, Isivone Pereira. *Declaração de nulidade matrimonial no direito canônico e no direito civil*. 2005. 275 f. Tese (doutorado em direito) - Faculdade Paulista de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CIFUENTES, Rafael Llano. *Novo Direito Matrimonial Canônico: o matrimônio no Código de Direito Canônico de 1983: estudo comparado com a legislação brasileira*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2000.

CLERAY, Edmond. *Le jour où l'amour est entré dans le Code Civil*. Disponível em:
 <<http://www.lefigaro.fr/mon-figaro/2012/11/30/10001-20121130ARTFIG00560-le-jour-o-l-amour-est-entre-dans-le-code-civil.php>>.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Disponível em:
 <http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuriscanonici_po.pdf>.

COLIN, Ambroise; CAPITANT, Henri. *Cours élémentaire de Droit Civil Français*. Tome premier. Paris: Librairie Dalloz, 1914.

CORREIA, Alexandre; SCIASCIA, Gaetano. *Manual de Direito Romano e textos em correspondência com os artigos do Código Civil Brasileiro*, v.1. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1949.

COSTA, Dilvanir José da. *A família nas Constituições*. Revista de informação legislativa, v. 43, n. 169, pp. 13-19, jan./mar. 2006.

COUTO, Mônica Bonetti; SILVA, Jonathan Eugenio Leite da. *Decisão judicial, o papel dos princípios e os perigos do pan-principiologismo*. Disponível em:

<<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/z307l234/p8a0lhk1/PmCeEpVbm6mhB74O.pdf>>.

CRUZ, Fernando Castro da. *Casamento à luz do direito canônico*. Belo Horizonte: Palpite, 1998.

CUQ, Édouard. *Manuel des institutions juridiques des romains*. Paris: Librairie Plon, 1928.

DAUMARD, Adeline. *Affaire, amour, affection: le mariage dans la société bourgeoise au XIXème siècle* in *Romantisme*, 1990, n° 68, *Amours et société*.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

DEMOLOMBE, Charles. *Cours de Code Napoléon III: Traité du mariage et de la séparation de corps*. Paris: A. Duran, 1860.

DESFORGES, Léon. *Étude historique sur la formation du mariage en droit romain et en droit français*. Paris: Librairie Nouvelle de Droit et de Jurisprudence, 1887.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro, 5º volume: direito de família – 22. ed. rev. e atual. de acordo com a reforma do CPC*. São Paulo: Saraiva, 2007.

DITTGEN, Alfred. *La forme du mariage en Europe. Cérémonie civile. Cérémonie religieuse. Panorama et évolution*. In: *Population*. 49ème année, n. 2, 1994, pp. 339-368.

DUGUIT, Léon. *Les transformations générales du Droit privé depuis le Code Napoléon*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1912.

FENET, Pierre-Antoine. *Recueil complet des travaux préparatoires du Code Civil*. Tome neuvième. Paris: Videcoq, 1836

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. *Espelhos, cartas e guias: casamento e espiritualidade na Península Ibérica: 1450-1700*. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id06id134&sum=sim>>.

FULCHIRON, Hugues. *Mariage-conjugalité, parenté-parentalité*. Paris : Dalloz, 2009.

FRANÇA, *Code Civil Français*, 1804.

FRANÇA, Rubens Limongi. *A lei do divórcio comentada e documentada*. São Paulo: Saraiva, 1978.

FRISON-ROCHE, Marie-Anne. *Par son arrêt du 19 décembre 2012, la première chambre de la cour de cassation semble approuver l'exigence d'un lien d'amour lorsque se noue le lien du mariage*. Disponível em: <<http://mafr.fr/fr/article/par-son-arret-du-19-decembre-2012-la-premiere-cham/>>.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *O novo divórcio*. São Paulo: Saraiva, 2010.

GAUDEMET, Jean. *L'apport du droit romain à la construction du modèle occidental du mariage*. In: Colloque sur la famille, la loi, l'état – débats révolutionnaires. Centre de recherche interdisciplinaire de Vaucresson, 1989.

_____. *L'engagement conjugal. Le regard des canonistes à la veille de la Révolution*. In: Colloque sur la famille, la loi, l'état – débats révolutionnaires. Centre de recherche interdisciplinaire de Vaucresson, 1989.

_____. *Les legs du droit romain en matière matrimoniale*. In: *Il matrimonio nella società altomedievale. Settimane di studio del centro italiano di studi sull'alto medioevo XXIV, t. I*. Spoleto: SICAM, 1977.

_____. *Le mariage en occident: les moeurs et le droit*. Paris: Éd. du Cerf, 1987.

_____. *Sociétés et mariage*. Strasbourg: CERDIC Publications, 1980.

GIL, Frederico R. Aznar in *Derecho Canónico II. El derecho en la misión de la Iglesia*. Biblioteca de autores cristianos: Madrid, 2006.

GILISSEN, John. *Introdução histórica ao Direito*. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GIRARD, Paul Frédéric. *Manuel élémentaire de droit romain*. Paris: Librairie Arthur Rousseau, 1929.

GODÉ, Pierre. *Volonté et manifestations tacites*. Paris: Presses universitaires de France, 1977.

GOMES, Orlando. *Direito de Família*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. *Direito de Família*. 14. ed., 3. tiragem/ rev. e atual. por Humberto Theodoro Júnior. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. *Contratos*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro, volume 6: direito de família* – 7. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2010.

GUARINO, Antonio. *Diritto privato romano*. 5. ed. Napoli: Editore Jovene Napoli, 1976.

HENRIOT, Eugène. *Moeurs juridiques et judiciaires de l'ancienne Rome*. Paris : Libraire de Firmin Didot Frères, Fils et Companie, 1865.

HERVADA, Javier. *Vetera et Nova. Cuestiones de Derecho Canónico y afines (1958-2004)*. Pamplona: Navarra Gráfica Ediciones, 2005.

HILDEBRAND, Dietrich von. *El corazón*. Madrid: Ediciones Palabra, 2009.

HOGEMANN, Edna Raquel. *O direito personalíssimo à relação familiar à luz do princípio da afetividade*. Disponível em: <<https://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/download/2363/3772>>.

HORTAL, Jesús. *O Código de direito canônico e o ecumenismo: implicações ecumênicas da atual legislação canônica*. 2. ed. Loyola, 1990.

_____. *O que Deus uniu. Lições de direito matrimonial canônico*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

INSTITUTO MARTÍN DE AZPILCUETA. *Código de Derecho Canónico*. 7. ed. bilingue y anotada. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra S.A., 2007.

JOSSERAND, Louis. *Cours de Droit Civil Positif Français*. Troisième édition. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1938.

KASER, Max. *Direito privado romano*. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LAFERRIÈRE, M.F. *Histoire du droit français*. Tome premier. Paris: Joubert, Librairie-Éditeur, 1838.

_____. *Histoire du droit français*. Tome second. Paris: Joubert, Librairie-Éditeur, 1838.

LECLERCQ, Jacques. *A família*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968

LEFEBVRE, Charles. *Le mariage n'est il qu'un contrat?* In Nouvelle Revue Historique de Droit Français et Étranger, 1902, pp. 301-334.

LEFEBVRE-TEILLARD, Anne. *Introduction historique au droit des personnes et de la famille*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

LEITE, Eduardo de Oliveira. *Tratado de direito de família: origem e evolução do casamento*. Curitiba: Juruá, 1991.

LEONEL FRANCA S. J., Padre. *O divórcio*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. - Editores, 1931.

LEWIS, C.S. *Os quatro amores*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LISBOA, Roberto Senise. *Manual de direito civil, v.5: direito de família e sucessões*. São Paulo: Saraiva, 2013.

LÔBO, Paulo. *Direito civil: famílias*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de direito civil. Fontes das obrigações: contratos*. v. III. 6. ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.

MACIEL, José Fábio Rodrigues. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/ordenacoes-filipinas--consideravel-influencia-no-direito-brasileiro/484>>.

MADALENO, Rolf. *Curso de direito de família*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011.

_____. *Curso de direito de família*. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2013.

MALO PÉ, Antonio. *Antropología de la afectividad*. Navarra: EUNSA, 2004.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. *Direito das famílias: amor e bioética*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. *Novas modalidades de família na pós-modernidade*. 2010. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARCHI, Eduardo César Silveira Vita. Matrimônio moderno e matrimônio romano clássico. In: _____. *Estudos de Direito Civil: a Garota de Âncio, a Nua Propriedade, a Causa Curiana e o Soneto de Fidelidade*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARGADANT, Guillermo Floris. *El derecho privado romano como introducción a la cultura jurídica contemporánea*. Naucalpan: Editorial Esfinge, 1989.

MARKY, Thomas. *Curso elementar de direito romano*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

MARTÍN DE AGAR, José T. *Introducción al derecho canónico*. Madrid: Tecnos, 2001.

MAYNZ, Charles. *Cours de Droit Romain*. 5^{ème} édition, tome 3^{ème}. Paris: A. Durand & Pedone-Lauriel, 1891.

MIRALLES, Antonio. *El matrimonio. Teología y vida*. Madrid: Ediciones Palabra, 1996.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de direito privado*. Tomo 7. Campinas: Bookseller, 2000.

_____. *Tratado de direito privado*. Tomo VIII: Dissolução da sociedade conjugal. Casamento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MONTEIRO, Renata Oliva. *A Emenda Constitucional nº 66/2010 e a responsabilidade civil nas relações conjugais*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: direito de família*. 4.ed, rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1960.

_____. *Curso de direito civil, v.2: direito de família* – 42. ed., rev. e. atual. por Regina Beatriz Tavares da Silva de acordo com o novo Código Civil – São Paulo: Saraiva, 2012.

MOREAU-DAVID, Jacqueline. *Le consentement des parents au mariage des enfants protestants* in Colloque sur la famille, la loi, l'état – débats révolutionnaires. Centre de recherche interdisciplinaire de Vaucresson, 1989.

MORTARI, Vincenzo Piano. *Diritto romano e diritto nazionale in Francia nel secolo XVI*. Milano: Giuffrè, 1962.

NUNES, José Carlos Amorim de Villhena. *Novos vínculos jurídicos nas relações de família*. 2009. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA NETO, José Weidson de; MEIRELES, Ivson Antonio de Sousa. O Princípio da Afetividade no Ordenamento Jurídico Brasileiro ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba PR - Brasil. Ano VI, no 12, jul-dez/2014. ISSN 2175-7119.

PAPA FRANCISCO. *Amoris laetitia*. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html>.

_____. *Discurso aos bispos da Áustria em visita ad limina apostolorum*. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/january/documents/papa-francesco_20140130_ad-limina-austria.html>.

PAPA JOÃO PAULO II. *Familiaris consortio*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio.html.

PAPA PAULO VI. *Dignitatis humanae*. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651207_dignitatis-humanae_po.html.

_____. *Gaudium et spes*. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html.

_____. *Humanae Vitae*. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae_po.html.

_____. *Lumen gentium*. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html.

PAPA PIO XI. *Casti connubii*. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19301231_casti-connubii.html.

PENTEADO, Luciano de Camargo. *Doação com encargo e causa contratual: uma nova teoria do contrato*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil. Volume V: Direito de família*. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Direitos de Família*. História do Direito Brasileiro, v. 7. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2004.

PEREIRA JÚNIOR, Antonio Jorge. *Da afetividade à efetividade do amor nas relações de família*. In: DIAS, Maria Berenice; BASTOS, Eliene Ferreira; MORAES, Naime Márcio Martins (Coord.). *Afeto e estruturas familiares*. Belo Horizonte: Del Rey, 2009, pp. 57-58.

_____; OLIVEIRA NETO, José Weidson de. *(In)viabilidade do princípio da afetividade*. Universitas JUS, v. 27, n. 2, pp. 113-125, 2016.

PEROZZI, Silvio. *Istituzioni di Diritto Romano*. 2.ed. riveduta e ampliata, vol. II. Roma: Athenaeum, 1928.

PESSANHA, Jackelline Fraga. *A afetividade como princípio fundamental para a estruturação familiar*. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/Afetividade%2019_12_2011.pdf>.

PETRINI, Giancarlo. *Significado social da família*. Cadernos de arquitetura e urbanismo, v. 16, n. 18/19, pp. 111-121, 2009.

PORCHAT, Reynaldo. *Curso elementar de direito romano*. São Paulo: Duprat, 1907.

PORTALIS, Jean-Étienne-Marie. *Discours, rapports et travaux inédits sur le Code Civil*. Paris: Joubert, Librairie de la Cour de Cassation, 1844.

POUMARÈDE, Jacques. *De la sécularisation au déclin contemporain*. In: BASDEVANT-GAUDEMET, Brigitte, Église et autorités. Limoges: Presses Universitaire Limoges, 2006.

POVEDA VELASCO, Ignacio Maria. *Os esponsais no direito luso-brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

_____. *Ordenações do Reino de Portugal*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 89, pp. 11-67, 1994.

POZZOLO, Susanna. *Neoconstitucionalismo y especificidad de la interpretación constitucional*. Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho, v. 21, n. 2, pp. 339-353. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/10369/1/doxa21-2_25.pdf>.

RASAMIMANANA, Gilbert Augustin. *L'indissolubilité du mariage et ses impacts dans le context Malagasy, en particulier chez les Betsimisaraka*. 2011. 347 f. Tese (doutorado em direito canônico) - Faculdade de Direito Canônico, Universidade de Ottawa, Ottawa. 2011.

RODRIGUES, Dárcio Roberto Martins. *Aspectos de interesse atual do matrimônio romano*. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, [S.l.], v. 93, p. 82,

jan. 1998. ISSN 2318-8235. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67400>>.

RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: direito de família*. 28. ed. rev. e atual. por Francisco José Cahali. São Paulo: Saraiva, 2004.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *Estatuto epistemológico do Direito civil contemporâneo na tradição de civil law em face do neoconstitucionalismo e dos princípios*. Disponível em: <<http://www.direitocontemporaneo.com/wp-content/uploads/2014/01/Estatuto-epistemol%C3%B3gico-do-Direito-civil-contempor%C3%A2neo-na-tradi%C3%A7%C3%A3o-de-civil-law-em-face-do-neoconstitucionalismo-e-dos-princ%C3%ADpios.pdf>>.

ROJAS, Enrique. *La conquista de la voluntad*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 1994.

ROLIM, Luiz Antonio. *Instituições de Direito Romano*. 2.ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

ROSSI, Amélia Sampaio; PAMPLONA, Danielle Anne. *Neoconstitucionalismo e ativismo judicial: democracia e constitucionalismo em oposição ou tensão produtiva?* Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/download/986/957>>.

ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o ocidente*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

SALEILLES, Raymond. *De la declaration de la volonté*. Paris: Librairie Cotillon, 1901.

SANDRI, Silvia Taisa Rodrigues. *Constituição e dissolução da sociedade conjugal no direito canônico: Concílio de Trento e as Primeiras Constituições do Arcebispo da Bahia*. Revista Jurídica Cesumar, v. 3, n.1, pp. 429-440, 2003.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *O matrimônio no Império do Brasil: uma questão de Estado*. Revista Brasileira de História das Religiões, ano 4, n. 12, pp. 81-122, 2012.

SANTO AGOSTINHO. *Dos bens do matrimônio*. Traduzido por Pe. Vicente Rabanal, OSA. São Paulo: Paulus, 2000.

SANTO TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica*. Traduzida por Alexandre Correia. São Paulo: Odeon, 1936, Suplemento, q. 65, a.1, pp. 3980-3983. Disponível em: <<http://alexandriacatolica.blogspot.com.br/2017/04/suma-teologica-traducao-de-alexandre.html>>

SANTOS, Romualdo Baptista dos. *Direito e afetividade: estudo sobre a influência dos aspectos afetivos nas relações jurídicas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SARMIENTO, Augusto. *El matrimonio cristiano*. 4. ed. Navarra: EUNSA, 2012.

SAVATIER, René. *Les métamorphoses économiques et sociales du droit civil d'aujourd'hui*. 3ª ed. Paris: Dalloz, 1964.

SILVA, Ivo Pereira da. *Do casamento misto ao casamento civil no Brasil: debates parlamentares em torno do matrimônio na segunda metade do século XIX*. Revista Portuguesa de História, v. XLVI, pp. 391-411, 2015.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. In *Novo Código Civil Comentado* – Coordenação Ricardo Fiúza. São Paulo: Saraiva, 2002.

SIMÃO, José Fernando. *Há limites para o princípio da pluralidade familiar na apreensão de novas formas de conjugalidade e de parentesco?* Revista Brasileira de Direito Civil, v.2, out/dez 2014, pp. 66-84.

_____; TARTUCE, Flávio. *Direito Civil. Direito de Família*. 4. ed. São Paulo: Método, 2010.

SIQUEIRA, Neusa Valadares; GONÇALVES, Ailton de Souza. *O casamento nas Constituições de 1824 e 1891, na disputa entre o poder civil e o eclesiástico*. Ciências da religião - História e sociedade, v. 11, n. 2, pp. 138-152, 2013.

STEINWASCHER NETO, Helmut. *A procriação e o interesse da "res publica": uma análise das leis matrimoniais de Augusto*. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

STRECK, Lenio Luiz. *Hermenêutica Jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

_____. *O pan-principiologismo e o sorriso do lagarto*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-mar-22/senso-incomum-pan-principiologismo-sorriso-lagarto>>.

TALAMANCA, Mario. *Istituzioni di Diritto Romano*. Milano: Giuffrè, 1990.

TAPIA, Eloisa Veloso Rodriguez. *O conceito jurídico de família nas Constituições Brasileiras de 1824 a 1988: um estudo histórico-historiográfico*. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/14679/9424>>.

TARTUCE, Flavio. *Manual de direito civil*. São Paulo: Método, 2011.

_____. *Novos princípios do direito de família brasileiro*. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1036&revista_caderno=14>.

_____. 2016: O ano da afetividade na jurisprudência superior brasileira. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI250528,91041-2016+O+ano+da+afetividade+na+jurisprudencia+superior+brasileira>>.

TODD, Emmanuel. *L'origine des systèmes familiaux*. Paris: Gallimard, 2011.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. *O legado do Código Civil de 1916*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 111, pp. 85-100, jan./dez. 2016.

TRABUCCHI, Alberto. *Istituzioni di Diritto Civile*. Padova: Casa Editrice Dott. Antonio Milani, 2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito civil: direito de família*. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos*. São Paulo: Atlas, 2004.

VILADRICH, Pedro-Juan. *O consentimento matrimonial: validade e nulidade*. Braga: Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, 1997.

VOLTERRA, Eduardo. *Instituciones de derecho privado romano*. Madrid: Civitas, 1991.

WALD, Arnoldo. *O novo direito de família*. São Paulo: Saraiva, 2004.

WEBBER, Suelen da Silva. *O panprincipiologismo como propulsor da arbitrariedade judicial e impossibilitador da concretização de direitos fundamentais*. Revista de direitos fundamentais e democracia, v. 13, n. 13, pp. 305-324, jan./jun. 2013.

WIEACKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1967.